

Procuradoria de Palermo processará três deputados do opositor M5S por fraude

A Procuradoria de Palermo indiciou 14 pessoas acusadas de participarem da falsificação em assinaturas para a criação de listas de candidatos de 2012 do maior partido opositor da Itália, o Movimento Cinco Estrelas (M5S), na cidade.

Na Itália, um candidato proposto por um partido para uma Prefeitura precisa conseguir um número determinado de assinaturas, que varia de acordo com a população da cidade.

Essas "primárias" são fundamentais para que o nome escolhido possa disputar o cargo e as assinaturas precisam ser autenticadas por autoridades designadas para a função.

Entre os acusados, está o deputado nacional Riccardo Nuti, que em 2012 era o candidato à prefeitura de Palermo, e os parlamentares Giulia Di Vita e Claudia Mannino. De acordo com a Procuradoria, Nuti e um grupo reservado de ativistas — como Di Vita, Mannino e Samanta Busalacchi — percebeu um erro na compilação das assinaturas e elas precisariam ser inutilizadas.

Com isso, a lista da candidatura corria sérios riscos de não ser autorizada. Para evitar a não nomeação de Nuti, esse grupo então reescreveu as assinaturas, corrigindo os erros anteriores e permitindo que a candidatura andasse adiante.

Contra 11 das 14 pessoas, as acusações são de falsificação de assinaturas. Responderão por esse crime Busalacchi, Di Vita, Mannino e contra os ativistas Alice Pantaleone, Stefano Paradiso, Riccardo Ricciardi, Pietro Salvini, Tony Ferrara, Giuseppe Ippolito e os deputados regionais Giorgio Cicaccio e Claudia La Rocca.

Contra Nuti, onde não há prova da comissão do falso material, a acusação é ter feito uso de assinaturas copiadas — já que ele era o candidato do M5S à Prefeitura. O 13º indiciado é o chanceler do tribunal de Palermo, Giovanni Scarpello, indiciado por fraude já que afirmou que as assinaturas foram feitas em sua presença — quando elas foram manipuladas por membros do M5S.

O último indiciado foi o advogado e ex-ativista do partido, Francesco Menallo, que levou as assinaturas fraudadas para a autenticação oficial.

Em sua defesa, os três deputados emitiram uma nota conjunta rebatendo as acusações. "Aqui há clara uma tentativa de usar politicamente uma ação para ter campo livre, através de uma bem montada estrutura, que salvo uma nova postura do juiz, os magistrados poderão desmascarar no processo penal", emitiram em nota.

Essa é a segunda vez que um processo por fraude em assinaturas é aberto contra membros do M5S. Em Bolonha, quatro pessoas foram indiciadas por falsificação nas eleições do ano passado.